

O Sucessor do Barão em debate: Oswaldo Aranha pela historiografia

The baron's successor in debate: Oswaldo Aranha for historiography

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal a abordagem comparativa entre a historiografia sobre os estudos da política externa brasileira durante o período da Era Vargas (1930-1945) centrada na visão que os respectivos autores possuem sobre a participação do embaixador (1934-1937) e chanceler (1938-1944) Oswaldo Aranha. Esta historiografia pode ser dividida em três temas que se entrecruzam em diferentes momentos históricos de modo a estabelecer de forma mais didática a comparação entre os autores assim como para perceber avanços e permanências nas interpretações dadas sobre o tema. Com isso, pode-se perceber importantes linhas interpretativas sobre a atuação de Oswaldo Aranha, considerado valioso *player* político e decisivo na política externa brasileira por uma historiografia mais tradicional, bem como algumas inovações interpretativas advindas de novas pesquisas em anos mais recentes que relativizam e contestam a autonomia do principal sucessor do Barão do Rio Branco.

Palavras-chaves: Historiografia; Diplomática; História Política.

Abstract: The main objective of this article is the comparative approach between the historiography on Brazilian foreign policy studies during the Vargas era (1930-1945) centered on the view that the respective authors have on the ambassador's participation (1934-1937) and chancellor (1938-1944) Oswaldo Aranha. This historiography can be divided into three themes that intertwine at different historical moments in order to establish in a more didactic way the comparison between the authors as well as to perceive advances and permanences in the interpretations given on the theme. It is possible to perceive important interpretative lines about the performance of Oswaldo Aranha, considered a valuable political and decisive player in Brazilian foreign policy due to a more traditional historiography, as well as some interpretative innovations arising from new research in more recent years that relativize and contest the autonomy of the main successor of Barão do Rio Branco.

* Mestre e Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

Keywords: Historiography; Diplomatic; Political History.

Introdução

Como nos ensina a historiadora Marieta de Moraes Ferreira e o historiador Renato Franco, “a confecção da História é sempre afetada pelo tempo, por isso, estudar a historiografia é rever e analisar os enfoques da narração, as interpretações, as visões de mundo [...]” (FERREIRA; FRANCO, 2013, p. 42). Nesse sentido, a análise historiográfica a partir de uma metodologia comparativa muito tem a contribuir para a construção de um conhecimento mais amplo sobre determinado tema histórico. A partir desta abordagem, podemos entender que a compreensão dos fenômenos históricos e historiográficas está ligada intimamente a três fatores: à pessoa do historiador, à produção de novos trabalhos sobre temas correlacionados e ao tempo em que as perguntas que movem a pesquisa foram feitas (FERREIRA; FRANCO, 2013, p. 42).

Portanto, para uma análise historiográfica crítica e construtiva é preciso compreender que a representação do passado é incontornavelmente afetada pelo tempo e que “o passado é retomado em cada presente sempre sob um novo ângulo. Um fato pode ser anódino no presente e decisivo no futuro. O passado é tematizado no presente e reinterpretado” (REIS, 2003, p. 173). Nesse caso, a análise metodológica comparativa entre a historiografia contribui para perceber as diferenças de abordagem e de análise entre os historiadores pois, como adverte José Carlos Reis, “as divergências entre os historiadores é favorável à verdade: os adversários filtram a argumentação e a documentação um dos outros” (2003, p. 174). No entanto, longe de querer construir uma “verdade histórica”, o presente artigo visa contribuir para a construção de uma percepção mais abrangente e complexa sobre um importante tema para a historiografia brasileira, percebendo permanências e alternâncias nas abordagens dos historiadores.

A quantidade de obras acadêmicas sobre a política externa brasileira compreendida no período conhecido como a primeira parte da “Era Vargas” (1930-1945) é bastante extensa. Principalmente sobre os anos do Estado Novo (1937-1945), que quase coincidem com os anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), este volume historiográfico se intensifica ainda mais. No entanto, as obras que abordam o tema neste período específico, pelo menos até o surgimento de alguns trabalhos no início do século XXI, tenderam a seguir algumas linhas mestras na interpretação dos temas mais gerais da política externa brasileira.

Em oposição a esta historiografia mais tradicional sobre as práticas da política externa sob Vargas e especificamente sobre a atuação do ministro das relações exteriores Oswaldo Aranha são quantitativamente poucas as obras acadêmicas que se dedicaram a estudar a atuação específica de Aranha ao longo de sua trajetória política. Desde o início de sua carreira no Rio Grande do Sul, nos anos 1920, até os salões da ONU, em Nova York, na nova ordem mundial emergida no pós-Segunda Guerra Mundial, a participação do político e advogado gaúcho ainda é pouco explorada em sua complexidade.

Por isso, além das obras específicas sobre Aranha também iremos incorporar nas análises historiográficas as obras que abordam a política externa brasileira dos anos 1930-1940 e que, de forma mais ou menos indireta, analisam a ação de Oswaldo Aranha frente à embaixada em Washington (1934-1937) e no Ministério das Relações Exteriores (1938-1944). Para facilitar o estudo analítico e a comparação entre as obras, é interessante dividir a bibliografia específica sobre o tema em três blocos temático-temporais.

Na primeira parte teremos a historiografia que consideramos “clássica” sobre a história da política exterior brasileira no período varguista, englobando as obras realizadas entre as décadas de 1970 e 1990. Consideramos estes autores e seus respectivos estudos acadêmicos como “clássicos” pois foram eles os pioneiros ou os “pais fundadores” dos estudos da política externa brasileira sobre a presidência de Getúlio Vargas. Todas as obras que se seguiram a estas são tributárias a estes primeiros estudos. Por mais que alguns trabalhos mais recentes se oponham, no todo ou em parte, a esta historiografia considerada “clássica”, é inegável a contribuição intelectual e acadêmica que estes pesquisadores fizeram para a construção do conhecimento histórico sobre a política externa brasileira.

No segundo bloco, damos destaque às biografias escritas sobre Oswaldo Aranha já nos anos 1980-90. Estas produções, em sua maioria, se dedicaram a fazer uma homenagem ao centenário de seu nascimento, que ocorreria em 1994. Serão analisadas algumas das biografias conhecidas sobre Aranha, e ainda pequenas obras biográficas de baixa circulação desenvolvidas por setores específicos da sociedade civil, como a Federação Israelita do Estado de São Paulo.

Neste bloco estão presentes todas as biografias conhecidas sobre Oswaldo Aranha, até onde podemos averiguar, com exceção de uma que não coincide com o período levado em consideração na análise deste trabalho pois não aborda a temática da política externa. Esta biografia, escrita pelo neto de Oswaldo Aranha, o economista Luiz Aranha Corrêa do Lago (1996), aborda sua vida política somente até a Revolução de 1930. No entanto, a biografia

escrita por seu neto revela grande preocupação na construção de determinada memória sobre o diplomata gaúcho, fundamental na elaboração e na difusão de uma imagem positiva dele. Portanto, levaremos em consideração as outras obras, pois elas se destacam na historiografia sobre o tema e divergem, do ponto de vista metodológico, das obras clássicas sobre o assunto. No terceiro e último bloco, destacaremos a bibliografia mais recente sobre a política externa brasileira, aquela produzida depois do ano 2000. Esta bibliografia, apesar de mostrar alguns avanços no que diz respeito à participação de Oswaldo Aranha na definição da política externa brasileira e sobre a própria formulação da política externa nacional como um todo, ainda é permeada e endossada pelas antigas teses sobre o tema, salvo algumas exceções que poderemos perceber.

Os “clássicos” e a historiografia tradicional

A bibliografia especializada sobre a política externa brasileira varguista tomou vulto, baseada em arquivos das representações diplomáticas e em cartas pessoais entre importantes políticos brasileiros, na década de 1970.¹ Um dos primeiros pesquisadores a se debruçar sobre o assunto, mesmo que de forma tangencial, foi o diplomata e professor Luiz Alberto Moniz Bandeira que, entre os anos de 1970 e 1973 escreveu o livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (2007), que já teve inúmeras reedições publicadas devido ao sucesso do seu texto, abarcando um grande período das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

No que tange à análise do papel do Oswaldo Aranha na definição da política externa de Vargas, Moniz Bandeira segue a linha das obras datadas do período que estamos analisando neste tópico. Para o autor, a figura de Aranha era importantíssima dentro do governo Vargas, pois representava um ponto de equilíbrio que não deixava o governo pender demais para a extrema-direita. Quando das negociações para que o Brasil conseguisse financiamento para a construção de uma usina siderúrgica, tentando garantir o empréstimo necessário para o financiamento com os Estados Unidos ou com a Alemanha, “Aranha, a princípio, favorecera os entendimentos com a Krupp, efetuados pelo seu primo Olavo Aranha. Mas defendia de todas as formas a conexão do Brasil com os Estados Unidos,

¹ A maioria dos arquivos que tratam da política externa brasileira deste período está no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

opondo-se, no Ministério das Relações Exteriores, a uma inflexão maior do governo para a direita e para o Eixo” (BANDEIRA, 2007, p. 373).

Ainda sobre a influência de Aranha na política externa, Bandeira ressalta e valoriza a independência que o ministro tinha em alguns assuntos:

Aranha defendia a aliança do Brasil com os Estados Unidos, mas adotava atitudes e independência que lembravam Rio Branco. Quando houve, na questão do Chaco, um mal-entendido com o Departamento de Estado, [Aranha afirmou] que ‘nada explica o nosso apoio aos Estados Unidos em suas questões na América Central e nas mundiais, sem atitude recíproca de apoio ao Brasil na América do Sul’ (BANDEIRA, 2007, p. 356).

Assim, ainda que de forma tangencial, Bandeira segue um ponto de vista favorável à autonomia e independência de Aranha dentro do governo de Vargas, tendo uma grande importância nas definições sobre os rumos da política externa.

No entanto, um dos primeiros trabalhos voltados exclusivamente para a política externa brasileira da Era Vargas foi realizado pelo brasilianista Frank McCann Jr. em seu livro *Aliança Brasil – Estados Unidos (1937-1945)* (1995). Apesar de publicado tardiamente no Brasil, seus estudos foram realizados ainda no final dos anos 1960 e publicados nos EUA no começo dos anos 1970. Com isso, McCann foi um dos pioneiros nos estudos da política externa brasileira no período aqui analisado, tornando-se um dos maiores estudiosos de nossas relações exteriores. Baseado em arquivos recém-abertos nos Estados Unidos e na Alemanha, McCann foi um dos primeiros brasilianistas a adotar uma linha de pesquisa sobre a política externa de Vargas que deixa adeptos nas gerações posteriores.

Para o historiador norte-americano, Oswaldo Aranha também era um grande nome dentro do governo Vargas, gozando de certa autonomia e influência nas decisões. Por exemplo, sobre a Política da Boa Vizinhança já no período final da guerra e nos preparativos para o mundo pós-guerra, destaca que

Welles era o arquiteto de uma revigorada política da Boa Vizinhança depois de 1937 e, junto com Aranha, o principal responsável pelo ‘entendimento Brasil-EUA.’ [...] Sem a ação equilibradora de Welles e com o subsequente desaparecimento do cenário de Aranha, Caffery, Hull e Roosevelt, a política

dos EUA mudaria gradativamente de aliança com o Brasil para dominação do Brasil (MCCANN, 1995, p. 253-254).

McCann Jr. inaugura uma linha de raciocínio pela qual Vargas realizava um jogo duplo, de barganha comercial, entre os Estados Unidos e a Alemanha, sempre tentando tirar o máximo de proveito das duas potências mundiais na tentativa de dar prosseguimento ao processo de industrialização do Brasil e no reequipamento das forças armadas:

Por bons motivos, as autoridades brasileiras manobram durante os meses de 1940 para aumentar o seu poder de barganha tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos, na expectativa de escolherem um curso de ação que as colocasse no lado certo, pouco importando quem ganhasse a guerra (MCCANN, 1995, p. 147).

Quando Vargas fez um discurso no dia 11 de junho de 1940 a bordo do encouraçado Minas Gerais, visto por muitos como o auge da política de barganha, McCann também percebeu, neste discurso, o que ele chamou de política de “em cima do muro”: “O discurso foi uma excelente demonstração da política de cima-do-muro de Vargas: temperado com a exata quantidade de fraseologia fascista mas incluindo um cerne suficiente de pensamento democrático para aplacar Washington.” (MCCANN, 1995, p. 154)

Também destacamos o professor Roberto Gambini que escreveu uma importante obra intitulada *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas* (1977). Neste livro, Gambini ressalta a política pendular exercida e comandada por Getúlio Vargas seguindo e aprofundando a perspectiva de McCann. Aproveitando-se da disputa comercial que Alemanha e Estados Unidos travavam na busca por matérias-primas essenciais para o seu desenvolvimento na América Latina, Vargas, mesmo estando na posição de comandante de um país pobre e periférico, teria conseguido barganhar interesses junto às duas potências. Para dar início ao processo sistemático de industrialização do Brasil, bem como atualizar e equipar as forças armadas – base importantíssima de sustentação de seu governo –, Vargas teria feito um “duplo jogo” com Estados Unidos e Alemanha, sempre tentando tirar o máximo de vantagens econômicas e comerciais dos dois países. Esta política pendular de Vargas, ora se aproximando dos Estados Unidos, ora se aproximando da Alemanha, seria uma estratégia utilizada pelo

presidente-ditador para barganhar vantagens comerciais com os dois países, uma vez que ambos teriam interesse estratégico no Brasil (GAMBINI, 1977).

Um bom exemplo, segundo o autor, seria o momento em que o Brasil barganhou a compra de armamentos com as superpotências. Tida por Gambini como ponto central na barganha comercial de Vargas, a compra de armamentos para equipar as forças armadas era o principal objetivo por parte dos chefes militares no Brasil, notadamente dos generais Eurico Gaspar Dutra e Aureliano de Góes Monteiro. Em carta do subsecretário de Estado norte-americano Summer Welles ao então secretário de Estado Cordell Hull, o diplomata deixa entrever a preocupação dos Estados Unidos com uma possível aproximação do Brasil com as potências do Eixo, o que justificaria, por parte dos Estados Unidos, promover o equipamento das forças militares brasileiras (GAMBINI, 1977, p. 139-140).

Assim sendo, Gambini sistematiza esta hipótese, tão difundida em nossa historiografia, que é a do movimento pendular e de barganha por parte do governo Vargas na busca pela industrialização e no equipamento das forças armadas em tempo de grande crise mundial vivida da segunda metade dos anos 1930 até o começo dos anos 1940.

Sobre a participação de Oswaldo Aranha neste processo, Gambini não é muito enfático quanto a sua importância, não dedicando ao chefe do Itamaraty grande atenção em sua análise. Achamos esta falta de interesse na participação de Aranha fruto do foco que ele faz em suas análises. Gambini se dedica a teorizar sobre a política externa, centrado na figura do presidente Vargas, relegando a segundo plano as demais personalidades do governo.

O professor Gerson Moura, que entre os anos 1980 e 1990 publica uma série de livros e artigos sobre a política externa da Era Vargas, segue, basicamente, a mesma hipótese de duplo jogo e de barganha política marcada por Roberto Gambini. No entanto, Moura avança em alguns aspectos. Em primeiro lugar, rebatiza a política pendular de Vargas, chamando-a de “equidistância pragmática” (1991), “autonomia na dependência” (1980) ou “neutralidade dependente” (1993). Assim sendo, Moura corrobora e aprofunda a visão clássica já consagrada pela historiografia:

No Brasil, a emergência de divisões entre as posições ‘liberal’ e ‘nacionalista’, ou posição ‘pró-Eixo’ e ‘pró-EUA’, dependeu da situação política dominante ou até mesmo da questão específica que estava sendo discutida. O resultado dessas divisões e do papel preeminente desempenhado por Vargas no processo decisório durante os anos 30 foi

uma disposição permanente para aproveitar as melhores oportunidades criadas pela competição entre a Alemanha e os Estados Unidos no sentido de influenciar os rumos do Brasil (MOURA, 1980, p. 177).

Em relação à Gambini, Moura avança ao destacar a posição de dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos. Daí a necessidade de se reatualizar a política externa brasileira para o período. Moura, então, analisa a política externa de Vargas por uma ótica de esferas de poder, mais próxima do campo teórico das Relações Internacionais:

O estudo da política externa de um país dependente passa pelo exame do sistema de poder no qual o país se insere no plano internacional. Entendo por sistema de poder uma constelação de Estados, composta de um centro hegemônico (grande potência) e sua respectiva área de influência (Estados aliados subordinados). [...] A política externa de um país dependente está condicionada simultaneamente ao sistema de poder em que se situa, bem como às conjunturas políticas, interna e externa (MOURA, 1991, p. 41-43).

Portanto, Moura afirma que, apesar de estar na esfera de influência norte-americana e depender enormemente a sua economia em relação a esta potência, o Brasil conseguiu, dado o momento de disputa entre Estados Unidos e Alemanha pelo comércio com a América Latina, ser também autônomo em suas decisões. Este espaço para manobras somente foi possível dada a conjuntura política e econômica pela qual o mundo passava (MOURA, 1991, p. 70-94).

Sobre a ação de Oswaldo Aranha, Moura não se debruça especificamente sobre o seu papel. No entanto, deixa transparecer que sua posição dentro do governo detinha certo grau de autonomia e independência nas decisões de política externa. Isto fica evidenciado quando da interpretação que o autor tem da Missão Aranha, ocorrida em 1939 nos Estados Unidos, considerada fundamental para a estreita aproximação do Brasil com este país, facilitando os acordos econômicos e comerciais entre as duas nações (MOURA, 1991, p. 121).

No entanto, um terceiro e último ponto que Gerson Moura avança em seus estudos é na questão cultural. Em suas obras, o autor já aponta para a grande importância que a sistemática, organizada e intencional presença cultural norte-americana no Brasil foi importante na aproximação entre os países. Inclusive, Moura escreve o primeiro livro,

mesmo que modesto, específico sobre o tema, que recebeu o título de *O Tio Sam chega ao Brasil* (1984). Este livro, embora de curto fôlego, é de muita importância para a construção dos estudos culturais nas relações exteriores do Brasil.

Agora, voltamos ao estudo de outro importante brasilianista, Stanley S. Hilton. Nos anos 1970, o autor publicou uma série de livros a respeito das relações exteriores do Brasil. Em seus livros *O Brasil e a Crise Internacional (1930-1945)* (1977a) e *O Brasil e as Grandes Potências (1930-1939)* (1977b), Hilton aborda diferentes aspectos da política externa brasileira sem, contudo, contribuir com grandes avanços, e concordando com as teses já consagradas pela historiografia sobre o assunto. No entanto, ao contrário dos outros autores, como Gambini e Moura, Hilton é um pouco mais específico em relação à atuação de Oswaldo Aranha.

Vale notar uma importante referência que faz sobre Aranha a respeito de uma possível ligação do político com a Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político de inspiração fascista chefiado por Plínio Salgado:

Negociações cautelosas e hesitantes entre o governo e a AIB, visando aparentemente a uma colaboração política mais bem definida, tinham sido, de fato, iniciadas até essa época. Não está claro qual dos dois lados tomou a iniciativa, mas o intermediário parece ter sido Oswaldo Aranha [...]. Enviado a Washington em 1934 como embaixador, o entusiasmo de Aranha por regimes autoritários se diluía a medida que a sua admiração pelo sistema político americano aumentava, por observação direta. Aranha tinha amigos íntimos que desgostavam do integralismo, e tinha amigos – e até parentes – que ingressaram nas fileiras integralistas (HILTON, 1977a, p. 43).

Este trecho nos abre uma possível janela de interpretação, deixando a entender que a aproximação de Aranha aos ideais liberais norte-americanos, principal característica de sua atuação no Itamaraty, não foi algo tão espontâneo ou que esteve sempre presente no pensamento político do diplomata.

Ainda sobre uma política pendular, Hilton também acredita que Vargas evitou, até quando não fosse mais possível, um estreitamento das relações com qualquer das duas potências, sempre tentando tirar proveito da situação:

O primeiro tiro na batalha comercial entre as grandes potências pelo mercado brasileiro foi desferido em meados de 1934, quando Berlim enviou uma delegação comercial especial à América do Sul e o Congresso Americano aprovou a Lei de Acordos Comerciais Recíprocos. O Brasil, de imediato, viu-se colocado entre os sistemas comerciais antagônicos desses indispensáveis parceiros, cada um dos quais com importante papel reservado para o Brasil em seu respectivo programa comercial. Compelido a tomar uma decisão num ambiente de pressões externas conflitantes, as quais encontravam apoio dentro do Brasil, Getúlio Vargas evitou, tipicamente, um compromisso definitivo, empreendendo habilmente uma política *ad hoc*, calculada para aplacar as partes interessadas, e adiando a necessidade de uma escolha clara e aberta até que as circunstâncias o exigissem (HILTON, 1977b, p. 79).

Ainda sobre o papel de Aranha na política externa brasileira, Hilton deixa clara a sua posição favorável de perceber, no político gaúcho, um importante aliado e hábil condutor da política externa do Brasil. Aranha teria construído ao longo dos anos 1930, principalmente após sua estada em Washington (1934-1937) uma visão amplamente favorável aos Estados Unidos, criando uma estima pessoal com o presidente Roosevelt que favoreceria o comércio internacional e fortalecendo a sua imagem internamente, visando uma possível futura candidatura à presidência (MOURA, 1977b, p. 98).

No entanto, Hilton aqui introduz uma novidade, mesmo que moderada, na visão que o autor tem da autonomia e dependência de Aranha na tomada de decisões de política externa. Para o autor, Vargas mantinha em suas próprias mãos as rédeas da política externa, principalmente nos assuntos mais sensíveis, como na manutenção da posição de neutralidade do Brasil frente ao conflito mundial (HILTON, 1977b, p. 331).

E ainda sobre a ingerência de Vargas nas decisões de política externa e a falta de autonomia de Aranha quando a guerra irrompe na Europa,

[...] o controle das decisões sobre política externa estava nas mãos de quem tinha uma percepção estritamente materialista do mundo [Vargas], não se preocupava com os aspectos morais do assalto nazista à civilização ocidental e nunca adotaria uma linha de ação por razões de sentimento. Inclinar-se-ia para o lado que oferecesse maiores vantagens materiais ao

Brasil – o que significava que, não obstante diversas declarações suas em 1941 para reassegurar os americanos, sua atitude final, na hora decisiva, ainda não era de se prever (HILTON, 1977b, p. 374).

Também destacamos uma grande obra, fruto da famosa “Coleção Brasileira”, sob o título *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)* (1985), do pesquisador Ricardo Antônio Silva Seitenfus. Este livro foi republicado mais duas vezes com alguns aspectos revistos e ampliados e com outros títulos.² O que aqui serviu para base de análise foi o originalmente publicado em 1985.

Último livro do que aqui denominamos de “clássicos”, Seitenfus, apesar de avançar um pouco na pesquisa, graças à abertura de mais arquivos das potências envolvidas na Segunda Guerra Mundial, mantém a linha de interpretação inaugurada por seus antecessores. A obra do pesquisador brasileiro também segue uma linha bastante ampla, tentando contemplar vários aspectos do Brasil no cenário internacional entre o começo da Era Vargas e o início da Segunda Guerra Mundial. No que diz respeito ao que aqui estamos analisando, o autor também atribui grande relevância ao papel de Oswaldo Aranha face ao governo Vargas. Sobre o problema das linhas aéreas comerciais³ no Brasil e o papel de Aranha nesta querela,

Para além da preocupação com o equilíbrio entre as concessões concedidas, de um lado, à Alemanha e à Itália e, de outro, aos Estados Unidos, o acordo com a Panam mostra a influência pessoal cada vez mais marcante de Oswaldo Aranha. No futuro, ele desempenhará papel fundamental na política externa do Rio de Janeiro. Essa atitude pró-americana do embaixador brasileiro em Washington não impedirá o fracasso das pressões que os Estados Unidos em breve exercerão sobre o Brasil para que este limite seu comércio com Berlim (SEITENFUS, 1985, p. 129).

Ressaltando ainda mais a influência de Aranha nas decisões da política externa nacional, Seitenfus acredita que, após a renúncia de Aranha à embaixada em Washington, no ano de 1937 - logo após o golpe do Estado Novo -, e ao aceitar o cargo de Ministro das

² As outras duas reedições reformuladas do livro foram: SEITENFUS, 2000; 2003.

³ Para saber mais sobre o conflito entre Estados Unidos e Alemanha pelo controle das linhas aéreas no Brasil, ver: SEITENFUS, 1985, p. 342-348; HILTON, 1977b, p. 261-318.

Relações Exteriores de um regime político do qual discordava, “[...] fica claro entre os dois homens que cada um deles se ocupará exclusivamente de uma única face da política brasileira: a externa cabe a Aranha e a interna a Vargas.” (SEITENFUS, 1985, p. 160) Nesse sentido, o autor atribui grande autonomia a Aranha em relação a Vargas, ficando dividido entre os dois líderes o comando político interno e externo da nação.

As biografias

Aqui analisaremos algumas biografias escritas sobre Oswaldo Aranha, sendo a maior parte escrita ou publicada quando da comemoração do centenário do seu nascimento - que aconteceria em 1994 - e os anos que a circundam. Assim sendo, as análises devem levar em consideração o contexto excepcional em que elas foram escritas. Apenas o fato de serem publicadas biografias a respeito da comemoração do centenário de nascimento de uma personagem política, já é indicativo de que esta pessoa, para os biógrafos, teve grande importância em seu tempo e na atividade que desenvolveu enquanto viveu. Com isso, as biografias não estão isentas de possíveis exageros no que diz respeito à exaltação e valorização de seu biografado. No entanto, essas mesmas características na abordagem que os biógrafos concedem aos seus biografados são, por si próprias, objeto de análise historiográfica.

A primeira biografia de vulto sobre Oswaldo Aranha foi editada em 1980 por Francisco Talaia O’Donnell sob o título *Oswaldo Aranha*. Nela, o autor conta com riqueza de detalhes sua vida pessoal e política desde a infância em Alegrete (Rio Grande do Sul) até sua morte no Rio de Janeiro em 1960. Esta obra não faz grandes análises críticas sobre as formulações de política externa, no entanto, podemos inseri-la nas chaves interpretativas clássicas da política externa, na qual Aranha ganha grande destaque e proeminência política ao lado de Getúlio Vargas.

Em *Oswaldo Aranha: a Estrela da Revolução* (1996), escrita numa parceria entre Aspásia Camargo, que escreve sobre Aranha enquanto político, João Hermes Pereira de Araújo, que trata do Aranha diplomata, e Mario Henrique Simonsen, que observa Aranha enquanto homem encarregado dos assuntos econômicos do país, é feito um apanhado bastante rico no que diz respeito à vida pessoal e política do biografado, assim como também mostra uma enorme gama de informações pontuais e factuais sobre o mesmo.

Na biografia escrita por Stanley Hilton, *Oswaldo Aranha, uma biografia* (1994), permanece a riqueza de detalhes e informações sobre a personagem principal, porém, com uma preocupação crítico-analítica um pouco mais bem elaborada do que nas biografias citadas anteriormente.

Sendo assim, estas biografias são de grande importância no que diz respeito aos pequenos detalhes e acontecimentos de toda a vida de Oswaldo Aranha. Mostram-se importantes manuais de pesquisa se quisermos saber a respeito de datas, conferências, viagens e tudo o mais sobre a vida do biografado e, conseqüentemente, sobre a história do Brasil no período em que Aranha esteve ativo politicamente (entre a década de 1920 até o ano de 1960, quando faleceu no Rio de Janeiro). Além disso, ajudam a construir uma sólida memória sobre um dos nomes mais proeminentes do Itamaraty, colocando-o na linhagem de Rio Branco e servindo de modelo para as gerações posteriores do ministério.

Percebemos ainda, como já mencionado, certo grau de admiração que os biógrafos adquirem pelo seu biografado, sempre o tratando como homem importantíssimo não só para a política externa brasileira, mas também para os rumos da própria política interna do Brasil. Somente o subtítulo do livro de Camargo, Araújo e Simonsen – *A Estrela da Revolução* – já deixa evidente a posição que Aranha, para os autores, assume neste momento da história do Brasil, a saber, a Revolução, ou Golpe, de 1930, e tudo o que se segue a partir dela, desde as articulações militares para a revolução até as grandes definições de política externa e dos acordos econômicos com os Estados Unidos.

No entanto, feitas as ressalvas acima, podemos perceber, mesmo assim, algumas linhas de raciocínio quanto à participação de Aranha na formulação da política externa brasileira. Para Camargo, Araújo e Simonsen, assim como para Ricardo Seitenfus, já analisado anteriormente, a política estaria dividida entre Aranha e Vargas: “[...] a política interna seria dirigida por Getúlio Vargas e, a externa, confiada a Oswaldo Aranha” (CAMARGO; ARAUJO; SIMONSEM; 1996, p. 169).

No entanto, as pesquisas empreendidas pelo brasilianista Stanley Hilton são mais incisivas e com uma riqueza teórica mais bem definida e defendida. Inclusive, Hilton aponta que nem sempre Aranha foi contrário a ideias totalitárias e a um governo forte. Escrevendo sobre o momento em que Aranha participa de dentro do governo provisório (1930-1934) de seu amigo Vargas, o autor afirma que Aranha exercia certa influência sobre jovens conservadores que militavam nas fileiras integralistas, sendo um primo seu, Alfredo Egídio

de Souza Aranha, um elemento de aproximação entre ele e os jovens conservadores (HILTON, 1994, p. 93-94).

A partir da leitura do trecho acima, podemos perceber que nem sempre Aranha foi amplamente favorável a uma aproximação irrestrita com o modelo liberal norte-americano. Neste contexto, a biografia escrita por Hilton também nos é muito valiosa para mostrar o fascínio que Aranha passa a ter pela cultura e sociedade norte-americana no momento em que este assume a embaixada em Washington:

Quando a Câmara Americana de Comércio lhe ofereceu um almoço, em maio, foi uma oportunidade para Aranha tecer recomendações otimistas e elogiosas sobre as relações entre o Brasil e os EUA. ‘A História das nações não registra na vida de dois outros grandes povos, como faz com os nossos, um século de crescente e ininterrupta amizade, sem que um só fato, um só incidente haja perturbado ou alterado as suas relações’, disse com hipérbole calculada (HILTON, 1994, p. 182).

Ainda merecem destaque duas pequenas biografias que, embora muito enxutas e pobres de análise crítica e política, são indicativos importantes sobre a memória e percepção de certos setores da sociedade quanto à figura histórica de Aranha.

A primeira obra foi escrita pela jornalista Esther Cohen (1985) e constitui um volume que pertence à “Coleção Esses Gaúchos”. Portanto, trata-se de uma publicação de caráter regionalista e de exaltação ao biografado. A obra aborda, de forma rasa, os aspectos pessoais e políticos do biografado, dando enorme importância aos seus feitos políticos para a história do Brasil.

Já no livreto escrito pelo médico Moysés Eizerik (1985) e editorado pela Federação Israelita do Estado de São Paulo, procurou-se destacar a participação de Aranha no processo de formação de Israel e a memória desse feito até os anos 1980. O interessante nesta obra é perceber a importância dada pela comunidade israelita no Brasil, especificamente em São Paulo, ao diplomata. Este livreto é um volume que faz parte de uma coleção maior denominada “Biblioteca Popular Judaica” que procura fazer pequenas biografias de importantes figuras históricas do universo judaico. Nesse caso, Oswaldo Aranha aparece ao lado de importantes nomes do judaísmo mundial, como Isaías, Bem Gurion e Kafka.

O autor da referida biografia descarta o episódio da vida diplomática de Aranha durante o período da Segunda Guerra Mundial no qual o mesmo restringiu, sob o comando

do ditador Vargas e do beneplácito do ministro da justiça Francisco Campos, vistos de entrada de judeus refugiados da Europa para o Brasil,⁴ o que provavelmente significou a morte de muitos judeus europeus. Apenas são destacados os poucos meses de 1947 aonde Aranha, de fato, teve importante papel na divisão da Palestina e, conseqüentemente, na formação do Estado de Israel.

Cabe ainda destacar que Oswaldo Aranha, na 2ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual presidia, “se desempenhou de forma brilhante, não exatamente para lutar pela partilha, mas para que o plenário se decidisse de uma vez sobre o problema, sem delongas e protelações.” (ALMEIDA; ARAUJO, 2013, p. 694) No entanto, o que passou para a memória da Federação Israelita de São Paulo foi um Aranha defensor dos judeus e do Estado de Israel. O esquecimento de determinados episódios e a lembrança de outros eventos constituem elemento importante da construção e da análise histórica. Neste caso, a construção de uma identidade judaica no Brasil passou pela construção de personagens quase míticos, sendo Aranha um dos mais importantes. A construção da memória em torno de Oswaldo Aranha, frequentemente colocado como o herdeiro natural de Rio Branco, o construiu como um dos grandes panteões dos chefes que passaram pelo Itamaraty e ainda um herói da comunidade judaica.

Compreendendo a construção de memórias como promotora e sustentadora de identidades (JELIN, 2002, p. 9-25), a personagem histórica de Oswaldo Aranha serviu perfeitamente aos propósitos de parte da comunidade judaica do pós-Segunda Guerra Mundial que necessitava, mais do que nunca, reforçar os seus laços identitários após a desumana política de extermínio perpetrada pelo nazismo alemão e seus simpatizantes. Além disso, é preciso entender as memórias como objetos de disputa, conflito e lutas, o que implica prestar atenção no rol ativo e produtor de sentido dos participantes e das suas lutas. Por isso, é preciso historicizar as memórias, ou seja, reconhecer que existem mudanças históricas nos sentidos do passado e que “as mudanças no cenário político e a entrada de novos atores [...] inevitavelmente transforma os sentidos do passado” (JELIN, 2002, p. 69).

Acreditamos que grande parte da memória positiva que se tem atualmente sobre o ex-ministro não se deve somente aos fatos por ele protagonizados, como se suas ações fossem tão grandiosas que pudessem se perpetuar por si próprias. Foi preciso um grande esforço de

⁴ Sobre as questões que envolveram a concessão de vistos para judeus durante a Segunda Guerra Mundial e as atuações de Vargas e de seus principais ministros e, principalmente, do embaixador do Brasil em Paris Souza Dantas, ver o excelente trabalho de KOIFMAN, 2002.

construção de memória perpetrado por três principais “empreendedores de memória”: o Itamaraty, os descendentes de Aranha e setores da comunidade judaica no Brasil e no estrangeiro. Esses três agentes atuaram de forma decisiva para a construção de determinada memória que procurou “apagar” ou “esquecer” determinados episódios da vida política de Aranha, de modo que esta memória construída servisse de base (dentre outros fatores, obviamente) para a solidificação de determinadas identidades nacionais, familiares e institucionais.

Na construção dessa memória positiva insere-se uma fotobiografia publicada pelo neto de Aranha, Pedro Corrêa do Lago, em 2017. Este trabalho possui uma preocupação impecável com a qualidade do material que só perde pela preocupação com a manutenção de uma memória positiva do biografado, destacando seus feitos políticos e diplomáticos na chefia do Itamaraty (LAGO, 2017).

Como saldo, podemos afirmar que este leque de biografias, embora importante para a construção de uma memória em torno de Oswaldo Aranha, pouco inovou nas interpretações já consagradas sobre Aranha e a política externa brasileira sob Vargas. As biografias mostraram-se, sobretudo, importantes documentos históricos de construção de memória e como instrumentos de consulta factual para a política externa brasileira e para a atuação política do biografado.

Novas e velhas perspectivas

A virada do século XX para o XXI marcou o surgimento de uma nova historiografia voltada para o estudo da política externa brasileira. Com isso, diferentes interpretações e teorias sobre a formulação da política externa nacional foram sendo pensadas e estudadas. Porém, podemos identificar que, embora haja rupturas com as perspectivas passadas, também se notam permanências básicas sobre a interpretação do assunto.

Como uma permanência significativa nas interpretações, podemos destacar a importância e o papel político que Aranha exercia dentro do governo de Getúlio Vargas. O diplomata Fernando de Mello Barreto em seu livro *Os Sucessores do Barão (1912-1964)* (2001), ao analisar a participação de Aranha no Ministério das Relações Exteriores ressalta que “na sua longa gestão no Itamaraty, exerceu relevante e decisiva influência sobre Vargas nas decisões tomadas pelo Brasil com relação à aproximação dos Aliados e ao rompimento com o Eixo” (BARRETO, 2001, p. III). No entanto, por ser um livro de grande fôlego, dedicado a

um longo período da história diplomática do Brasil, onde o autor faz um breve resumo da vida política e diplomática de todos os ministros das relações exteriores do Brasil depois de Rio Branco, ele se mostra muito mais descritivo do que analítico, sendo, por isso, importante ferramenta de consulta para datas, conferências e assuntos pontuais, como parte das biografias.

Já Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, na também volumosa e consagrada obra *História da Política Exterior do Brasil* (2002), apesar de promoverem certo avanço teórico na interpretação da política externa brasileira, com respeito a Aranha, continuam a enfatizar seu prestígio e influência junto a Vargas, afirmando que o ministro entrou prestigiado no governo e pode conduzir os negócios exteriores com mais liberdade do que poderia supor. Aranha teria sido um contrapeso em face dos simpatizantes das potências do Eixo (CERVO; BUENO, 2002, p. 246).

No entanto, os autores avançam em certo sentido, não deixando de ressaltar o quadro geral no qual se inseria o Brasil, que foi fundamental para estabelecer os rumos da política externa do Itamaraty bem como a grande influência que os Estados Unidos sempre mantiveram sobre o Brasil, em oposição à falta de objetividade da política externa alemã:

Não se questiona a ênfase que a historiografia tem dado à oscilação do Brasil diante das opções germânicas e norte-americana, mas não se pode perder de vista o fato de que faltavam ao III Reich condições objetivas para atender às demandas brasileiras. Além da leitura que os formuladores da política externa brasileira faziam do concerto internacional que se vislumbrava ao final da Segunda Guerra Mundial, não se pode descartar que, além disso, influenciou no alinhamento brasileiro aos Estados Unidos a fidelidade a uma parceria tradicional, embora barganhando. Há, assim, de se considerar, além do pragmatismo, o lastro histórico que existia no relacionamento dos dois países. Não se pode também perder de vista a atração cultural e a política de aliciamento praticada por aqueles (CERVO; BUENO, 2002, p. 235).

Um autor que avança bastante nestas interpretações é Vagner Camilo Alves. Em seu livro que, originalmente, fora sua dissertação de mestrado, *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado* (2002), Alves propõe um olhar diferenciado sobre a política externa nacional da Era Vargas à luz de uma nova perspectiva teórica. Para o autor,

A hipótese subjacente a este trabalho é a de que a menor capacidade de ação autônoma inerente aos pequenos países no cenário internacional é, num momento de crise e guerra total e mundial, diminuída muitas vezes. Os interesses e estratégias de guerra das grandes potências e a estrutura do sistema internacional imerso em conflito total, entidades mutuamente constitutivas, condicionam de maneira quase coercitiva o envolvimento e nível de participação dos pequenos países. [...] O leque de escolhas de um pequeno país, num sistema internacional imerso em guerra mundial, diminui demasiadamente, ainda que possibilidades de ganhos impensáveis em períodos normais muitas vezes existam para determinados países periféricos (ALVES, 2002, p. 188-189).

O autor também não faz grandes referências específicas ao papel de Aranha neste jogo político. No entanto, percebe-se que Alves não atribui o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos a Aranha. O autor ressalta que

[...] o envolvimento de países periféricos num momento de guerra total é explicado muito mais por condicionantes deste sistema internacional em guerra, do que por suas decisões autônomas de participação nesta. O Brasil seria um caso demonstrativo disso.” (ALVES, 2002, p. 33)

Já a pesquisa de Fábio Koifman, transformada em livro no ano de 2002, também marca uma nova possibilidade de análise para a compreensão da política externa brasileira. No entanto, não pelos olhos de seus principais atores do Palácio do Catete ou do Itamaraty. Ao analisar a atuação de Luiz Martins de Souza Dantas, embaixador do Brasil na França durante os anos anteriores e iniciais da Segunda Guerra Mundial, Koifman faz uma análise do particular para tentar explicar aspectos mais gerais da imigração para o Brasil neste período, especialmente dos judeus. Ao fazer isto, o autor analisa a participação de Souza Dantas neste processo e, por consequência, também aborda o papel de outros *players* políticos importantes, como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Francisco Campos.

Para Fábio Koifman, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), bem como seus principais dirigentes, o ministro Francisco Campos e o secretário-geral Ernani Reis, concentravam quase que exclusivamente em suas mãos as decisões sobre a concessão de

vistos para a entrada no Brasil (KOIFMAN, 2002, p. 131). Nesse sentido, o autor atribuía, pelo menos na temática da concessão de vistos, um poder muito grande aos políticos que detinham a pasta da Justiça, não cabendo ao Ministério das Relações Exteriores um papel muito ativo neste tema.

Sobre Aranha especificamente e suas relações com Vargas e com o ministro Francisco Campos, Koifman afirma que

Campos contava, a partir de então (abril 1941), com mais poder e prestígio junto a Vargas. O momento era de claro desprestígio do ministro do Exterior, que assistia a seu principal desafeto realizar uma intervenção direta da esfera de atuação do MRE. Pode-se atribuir a persistência de Oswaldo Aranha em não se demitir do governo à sua forte determinação de seguir com a prioritária política de aproximação do Brasil com os EUA, já em avançado curso na época da promulgação do decreto-lei 3175 (KOIFMAN, 2002, p. 169).

Nesta obra de fôlego, portanto, Fábio Koifman não percebe em Aranha uma ingerência tão grande nos assuntos de política externa, em especial com relação à imigração, como os autores mais clássicos perceberam. Embora permanecesse no governo ditatorial de Vargas para tentar fazer valer seus ideais que eram mais identificados com a causa norte-americana, Aranha sofria muito com a postura autoritária e manipuladora de Vargas e ainda com a concorrência de outros importantes ministros do Estado Novo.

Em artigo mais recente, Koifman volta a abordar a atuação de Aranha especificamente no caso dos refugiados judeus da Segunda Guerra Mundial. Como parte de uma grande e elogiosa obra publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão, órgão de publicação do Itamaraty, o autor toca em temas delicados da biografia de Aranha. Como já apontado, Aranha possuía, assim como quase todos os membros do governo Vargas, uma postura antissemita ou, pelo menos, de grande reserva a entrada de judeus no Brasil. Contudo, seria muito simplista apontar Aranha como um antissemita incorrigível sem fazer algumas observações. Como muito bem aponta Koifman, inserindo Aranha em seu contexto sócio-político,

Aranha encontrou uma política de governo já pronta, estabelecida e vigorando quando assumiu o ministério em 1938. Essa política [de limitar a entrada de judeus no Brasil] não era elaborada nem tampouco posta em prática pelo Itamaraty isoladamente. O ministério era parte de um Estado e o ministro parte de um governo profundamente personalista. [...] Aranha era um dos poucos que ainda aceitavam e defendiam a vinda controlada e seletiva de judeus, outros ministros advogaram a completa e total restrição (KOIFMAN, 2017, p. 245-246).

A própria obra que acolhe o artigo de Koifman é o maior trabalho até o momento já publicado sobre Oswaldo Aranha em suas mais diferentes facetas. A obra volumosa, além de artigos inéditos sobre a atuação de Aranha em diferentes setores da política, também publica alguns discursos do homenageado. No geral, Aranha é reverenciado como um dos grandes estadistas brasileiros, seguindo o caminho já pavimentado pelo Barão do Rio Branco em uma aliança pragmática com os Estados Unidos (LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017). Inserida no contexto das comemorações dos 70 anos da criação do Estado de Israel, esta obra é uma daquelas que ajudam a construir e perpetuar uma memória positiva e grandiosa de Aranha, tanto para a política externa brasileira quanto para a comunidade judaica.

Do ponto de vista das relações militares do Brasil, a obra recente mais completa e inovadora é a do historiador Dennison de Oliveira (2015), que faz uma minuciosa análise das comissões de cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos no âmbito da ajuda recíproca no esforço de guerra e na instrução dos militares brasileiros. Em análise dos documentos da *Joint Brazil-United States Defense Commission* - JBUSDC (com sede em Washington) e da *Joint Brazil-United States Military Commission* - JBUSMC (com a sede no Rio de Janeiro), o autor destrincha a já tão estudada cooperação militar entre os Estados Unidos e o Brasil e chega a conclusões que contestam a historiografia mais tradicional.

Dennison de Oliveira relativiza a visão já consagrada de uma “aliança especial” do Brasil com os Estados Unidos nos anos da guerra. Para o autor, a conclusão que se pode chegar sobre as relações militares entre Brasil e Estados Unidos no âmbito da Segunda Guerra Mundial é a de que os aliados estadunidenses muito mais atrapalharam do que cooperaram com o projeto brasileiro na busca por uma autonomia na indústria bélica. Durante este processo, o general Ord era o responsável por evitar que o Brasil aumentasse

ainda mais o seu poder relativo frente aos seus vizinhos da América do Sul (OLIVEIRA, 2015, p. 310).

Portanto, a “aliança especial” dos Estados Unidos com o Brasil e a própria ideia de um espaço de manobra que o Brasil poderia ter, exercida através da suposta “barganha política” de Vargas, são muito relativizadas por Oliveira. Segundo o autor, relativizando o suposto poder de barganha do Brasil,

A partir desse momento (início da guerra e bloqueio naval da Inglaterra) a margem de manobra dos gestores brasileiros no quadro da nova correlação de forças nas relações internacionais se estreitou bastante. [...] Nesse novo contexto estratégico foi drasticamente reduzida para o Brasil a possibilidade de seguir com o exercício de uma política pendular, visando extrair o máximo de vantagens nas negociações entre essas duas potências: a Alemanha e os EUA (OLIVEIRA, 2015, p. 44).

De acordo com Dennison de Oliveira, analisando mais especificamente a atuação de Oswaldo Aranha nos acordos militares, o que aqui nos interessa em particular, e sobre a escolha dos membros que participariam das comissões, Vargas teria deixado bem claro quem é que mandava e dava as cartas dentro do governo. Mais uma vez, Vargas não deixaria ninguém se sobressair, nem o seu amigo mais íntimo, Oswaldo Aranha, e tampouco importantes membros do seu gabinete militar:

A escolha do representante do exército brasileiro na comissão recaiu sobre o general Estevão Leitão de Carvalho, nomeado à revelia tanto de Dutra quanto de Góis Monteiro. Além disso, Leitão de Carvalho não estaria subordinado ao Ministério da Guerra, como seria de se esperar, mas sim ao Ministério das Relações Exteriores, do qual inclusive receberia seus vencimentos enquanto estivesse no estrangeiro. O episódio é revelador das tensões e disputas em que se envolviam as principais autoridades do Estado Novo na definição da política externa brasileira (OLIVEIRA, 2015, p. 54).

Cabe ainda ressaltar a relevância de algumas dissertações e teses cujos autores se propuseram a pensar o Brasil neste período de crise pelo qual o mundo passou. Em primeiro lugar cabe destacar a dissertação de Jorge Luiz Pereira Ferrer, sob o título de *A Problemática*

das Relações Internacionais e seu impacto na Argentina, Brasil e Chile durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1943) (2007) na qual, de maneira comparativa com a Argentina e o Chile, trata da política externa de Vargas. Ferrer é contundente e incisivo ao relativizar, ainda mais do que autores como Vágner Camilo Alves, a formulação da política externa nacional. Para Jorge Ferrer,

Verificamos que Vargas, em momento algum, flertou com os alemães (política pendular), pois sabia que os EUA não permitiriam perder sua hegemonia no Continente. Vargas era nacionalista e procurava sempre as melhores oportunidades para o desenvolvimento do Brasil, não tendo ideologia fixa em seus pensamentos, queria apenas melhorar a economia brasileira. Quando não recebeu apoio norte-americano para comprar armas, procurou-as na Alemanha, quando os EUA não quiseram comprar mais café, vendeu-o para alemães e italianos, quando não tinha divisas para comercializar com os norte-americanos, fez o acordo dos marcos compensados com os alemães; quando pretendeu criar um pólo desenvolvimentista no Brasil com a construção de uma siderúrgica, procurou recursos onde lhe fosse oferecido e acabou conseguindo nos EUA. Sabia que ficaria sob a esfera de influência norte-americana e mesmo sendo um ditador, foi um parceiro extremamente fiel a seus camaradas norte-americanos (FERRER, 2007, p. 165-166).

Na dissertação de Pérola Mourão de Souza Sardo de Abreu Pereira, a autora se insere nesta nova tendência historiográfica que vem procurando rever e relativizar a influência e a participação de alguns atores políticos nos assuntos da política externa brasileira sob Vargas. Ao analisar as negociações referentes à concessão dos empréstimos para a construção da siderúrgica em Volta Redonda, por exemplo, Pérola Pereira enaltece a participação de Edmundo de Macedo Soares e Carlos Martins Pereira e Sousa em detrimento de outros nomes do governo (PEREIRA, 2013, p. 3).

A autora também analisa, em alguns momentos específicos da obra, a atuação de Oswaldo Aranha. Por exemplo, sobre a Missão Aranha de 1938, a autora relativiza o sucesso da empreitada. Pereira ressalta

[...] o caráter de curtíssimo alcance dos acordos realizados e dos créditos obtidos. Basicamente, a missão Aranha foi bem-sucedida ao contornar a questão da suspensão do pagamento dos juros da dívida, já que obteve novos empréstimos para i) liquidar dívidas já pendentes para com os próprios concessionários do financiamento; e ii) financiar a compra de produtos feitos e vendidos por esses mesmos concessionários. Em relação à colaboração americana para o desenvolvimento brasileiro, a prioridade dos Estados Unidos manteve-se no sentido de incentivar a interdependência assimétrica, consubstanciada na complementaridade das trocas comerciais por meio do apoio à produção e à exportação de *commodities* (PEREIRA, 2013, p. 27).

Sobre a participação e influência de Oswaldo Aranha dentro do governo Vargas, a autora também é bastante cautelosa quanto ao seu real papel, e isso ficou exemplificado desde o momento em que Vargas convida Aranha a fazer parte do seu governo até as definições mais importantes das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, chegando mesmo a colocar em dúvida a existência de uma “equidistância pragmática”:

A disposição de Vargas pode, no entanto, ser analisada em um contexto mais amplo, que inclui desde a nomeação de um chanceler americanista até a orientação para cooperação irrestrita e íntima na Conferência de Lima, passando por inflexões discursivas e por flertes pontuais com o Eixo, como ilustra a prorrogação do Acordo de Comércio Compensado com a Alemanha. Fortalece-se assim a interpretação segundo a qual a equidistância pragmática nunca chegou a existir, de fato, como objetivo ou estratégia diplomática no governo Vargas (PEREIRA, 2013, p. 23).

Outra contribuição aos estudos da política externa de Vargas foi feita pela pesquisadora e diplomata Isabel Regina Pessoa Correia. Na sua dissertação *Desafios de uma missão: a trajetória de Oswaldo Aranha na Embaixada brasileira em Washington (1934-1937)* (2004), a autora desenvolve um dos primeiros trabalhos acadêmicos voltados especificamente a Oswaldo Aranha.

Em sua dissertação, Correia é enfática quanto à participação de Aranha na definição da política externa. Inclusive, sua tese é de que Oswaldo Aranha, mais do que um importante

colaborador, foi um formulador da política externa do governo Vargas (CORREIA, 2004, p. 17). Segundo a autora,

No caso do papel de Oswaldo Aranha no governo Vargas, defendemos que por sua amizade íntima com este, pela confiança absoluta que nele depositava o presidente, por sua trajetória na Revolução de 30 e por sua longa permanência no primeiro círculo do poder presidencial, onde ocupou, mais de uma vez, o cargo de ministro, Aranha foi, sem dúvida, mais que um simples colaborador, foi um formulador político. Os dois homens possuíam afinidades seletivas, como o nacionalismo que norteava a política econômica do governo, e no que tange a política externa, a duplicidade de Vargas cedeu lugar à posição defendida, desde cedo, por Aranha e não por outros grupos próximos ao presidente (CORREIA, 2004, p. 36).

Nesse sentido, Isabel Correia, mais do que qualquer outro autor aqui analisado, é sistemática ao enfatizar a grande influência e autonomia que Aranha tinha dentro do governo de Getúlio Vargas, sendo esta, inclusive, sua hipótese central. No entanto, restringindo a sua análise no período entre os anos de 1934-1937, a pesquisadora concede ao embaixador brasileiro em Washington uma importância muito grande não somente na aproximação do Brasil com os Estados Unidos, mas também na própria formulação da política externa de boa parte do governo de Vargas nos anos 1930 e 1940.

Contrariando a hipótese de Correia e questionando a historiografia mais tradicional de linhagem “barganhista” e, por isso, concordando com Vágner Camilo Alves e Dennison de Oliveira, o historiador Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira em livro publicado em 2020, fruto em grande parte de sua dissertação de mestrado defendida em 2017, também procura analisar a atuação de Oswaldo Aranha de forma mais complexa, lançando mão de teorias não só da História, mas também das Relações Internacionais. Para o autor, o chanceler Oswaldo Aranha, apesar de hábil político e diplomata, não foi tão decisivo para estabelecer de forma definitiva a aproximação irrestrita entre o Brasil e os Estados Unidos. Esta aproximação, antes de ser creditada ao brilhantismo político de Aranha, deve ser analisada a partir de outras variáveis, domésticas e externas. Segundo Oliveira,

[...] a ingerência de Vargas nas decisões de política externa, as disputas internas pelo poder no Estado Novo e o papel subalterno que o Brasil tinha no cenário internacional durante a Segunda Guerra Mundial, muito dependente das estratégias políticas dos Estados Unidos da América, impediam, em grande escala, os espaços de manobra e ingerência do ministro Oswaldo Aranha nas definições mais sensíveis da política externa brasileira no âmbito do Estado Novo (OLIVEIRA, 2020, p. 191-192).

Ainda podemos destacar mais uma pesquisa específica sobre Oswaldo Aranha, que é a tese desenvolvida por Luiz Felipe Schervenski Pereira (2015) e que estudou a maioria dos discursos proferidos por Aranha durante a sua chancela no Itamaraty para analisar a presença de um ideário pan-americanista em seus discursos. Sua tese é a de que Aranha foi um hábil defensor do pan-americanismo, o que foi fundamental para a aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Nesse contexto, Aranha teria sido decisivo na aproximação com os Estados Unidos, principalmente a partir de sua retórica pan-americanista. Com relação à política externa brasileira *lato sensu* para o período, Pereira segue as interpretações mais tradicionais sobre a barganha comercial, concordando com Gerson Moura e Stanley Hilton (PEREIRA, 2015).

Por fim, colocando em evidência o papel das relações culturais internacionais, destacamos as obras fundamentais do historiador Antonio Pedro Tota, *O Imperialismo Sedutor* (2000) e *O Amigo Americano* (2014), que muito contribuíram para o entendimento da entrada cultural dos Estados Unidos no Brasil durante a época da Segunda Guerra Mundial.

O clássico livro do professor Antonio Pedro Tota sobre o imperialismo cultural dos Estados Unidos sobre Brasil nos abre portas para compreender a dimensão e o impacto da presença cultural sobre o nosso território. De certa forma, seu segundo livro sobre o tema, uma biografia de Nelson Rockefeller, megaempresário do setor de petróleo e incentivador do avanço cultural dos Estados Unidos sobre o Brasil e a América Latina (TOTA, 2014), segue em linhas gerais as conclusões do primeiro livro, embora nesta biografia o autor não tenha problematizado tanto as questões políticas e econômicas que motivaram a entrada sistemática da cultura norte-americana no Brasil.

Em seu primeiro livro, o autor não analisa apenas como a cultura de massas norte-americana entrou no Brasil, mas faz análises sistemáticas da relação entre esta entrada cultural com seus objetivos econômicos e comerciais para o lado do Tio Sam. Por exemplo,

sobre a existência de vários minerais estratégicos no Brasil que atendiam aos interesses dos Estados Unidos

Havia, no entanto, interesses mais amplos no intercâmbio de técnicos entre o Brasil e os EUA. Quando geólogos chegavam aqui, era para prospectar o nosso solo e avaliar as potencialidades dos nossos recursos naturais. Os materiais estratégicos eram vitais para alimentar a indústria americana. Em setembro de 1941, o Office, juntamente com o Board of Economic Warfare (BEW), organismo que coordenava a economia de guerra, sob responsabilidade do vice-presidente, fez um importante trabalho: foram mapeadas todas as fontes possíveis de materiais considerados vitais para a segurança dos Estados Unidos e do continente (TOTA, 2000, p. 81-82).

Para Tota, a sistemática entrada cultural dos Estados Unidos no Brasil não foi algo praticado ao acaso, ou fruto apenas dos interesses de Nelson Rockefeller, seu maior idealizador. Garantir o apoio do Brasil era fundamental para a defesa continental contra as possíveis ameaças que o Eixo poderia representar. Para Tota, o combate ao germanismo na América também deveria ser feito via mercado (TOTA, 2000, p. 53).

Ainda sobre a importância deste tipo de propaganda para os Estados Unidos no esforço de guerra, Antonio Tota demonstra que a utilização de novos recursos e meios de comunicação foram fundamentais para garantir a presença cultural dos EUA, dominando, assim, “mentes e corações” brasileiros. Segundo o autor

Os meios de comunicação, pelo menos no período estudado, foram usados pedagogicamente para americanizar o Brasil. Houve um projeto de americanização, quer dizer, ações deliberadas e planejadas visando a um objetivo. A existência desse projeto não exclui o processo de americanização conduzido pelas forças do mercado. Ao contrário, há evidências da imbricação dos dois projetos (TOTA, 2000, p. 191).

Portanto, a análise do vetor cultural para compreender os rumos da política externa brasileira no contexto da Segunda Guerra Mundial, bem como para balizar a atuação política dos agentes brasileiros, passam a ser levados em consideração nas principais análises, principalmente a partir do trabalho de Tota.

Conclusão

A grande quantidade de trabalhos acadêmicos sobre a política externa brasileira dos anos 1930-1940 em seus mais diferentes aspectos faz da análise desta bibliografia uma tarefa extenuante e nunca esgotável. As obras acima citadas e analisadas fazem parte de um apanhado bibliográfico que possui grande influência na produção acadêmica sobre os temas de política externa. Sobre a atuação de Oswaldo Aranha, os trabalhos específicos ainda são poucos, mas crescentes, sobressaindo trabalhos que procuram manter uma imagem positiva do ministro frente à opinião pública.

Desde o surgimento da historiografia mais tradicional, aqui considerada como “clássica”, vários outros trabalhos foram desenvolvidos com alguns avanços interpretativos sobre a atuação de Aranha e mesmo sobre os rumos da política externa brasileira para o período. Superando a ideia de uma relativa autonomia e de uma política externa de barganha econômica e comercial, os novos trabalhos procuram relativizar justamente a autonomia de Aranha e procuram restringir o campo de manobra comercial que o Brasil poderia ter naqueles anos de crise internacional. Sem negar a importância de Oswaldo Aranha como importante *player* diplomático e político, uma nova tendência historiográfica surgiu a partir da primeira década do século XXI que procurou analisar a sua atuação a partir de novas perspectivas teóricas, abraçando uma percepção mais abrangente e complexa da atuação dos atores políticos nas relações internacionais. Nesse contexto, Oswaldo Aranha segue como um importante sucessor do Barão, mas com algumas relativizações pela historiografia mais recente que procura evidenciar os contextos doméstico e internacional como mais determinantes na condução da política externa.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de; ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Oswaldo Aranha: na continuidade do estadismo de Rio Branco. In.: PIMENTAL, José Vicente (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Vol. 3. Brasília: FUNAG, 2013.
- ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos EUA no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARRETO, Fernando de Mello. *Os Sucessores do Barão (1912-1964)*. Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de & SIMONSEN, Mário Henrique. *Oswaldo Aranha: a estrela da revolução*. São Paulo: Mandarin, 1996.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2002.

COHEN, Esther. *Oswaldo Aranha*. Coleção Esses Gaúchos. Porto Alegre: Tchê Comunicações, 1985.

CORREIA, Isabel Regina Pessoa. *Desafios de uma missão: a trajetória de Oswaldo Aranha na embaixada brasileira em Washington (1934-1937)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

EIZERIK, Moysés. *Oswaldo Aranha*. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo; Edições Loyola, 1985.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Aprendendo História: reflexão e ensino*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERRER, Jorge Luiz Pereira. *A Problemática das Relações Internacionais e seu impacto da Argentina, Brasil e Chile durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1943)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha*. Uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a Crise Internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências*. Os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOIFMAN, Fábio. Oswaldo Aranha e os refugiados judeus. In.: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (Orgs.). *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2017.

LAGO, Pedro Corrêa. *Oswaldo Aranha – Uma fotobiografia*. Rio de Janeiro: Capivara, 2017.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (Orgs.). *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2017.

- McCANN, Frank D. *Aliança Brasil-EUA, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gerson. Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 12, p. 177-189, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1962/1101>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- MOURA, Gerson. *O Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.
- O'DONNELL, F. Talaia. *Oswaldo Aranha*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA*. Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.
- OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva de. *Oswaldo Aranha e a política externa brasileira (1938-1944): o chanceler de Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
- PEREIRA, Luiz Felipe Schervenski. *Discursos políticos do Ministro Oswaldo Aranha e a defesa do pan-americanismo no período do Ministério das Relações Exteriores*. 2015. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- PEREIRA, Pérola Mourão de Souza Sardo de Abreu. *As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial: atores e dinâmicas na construção da aliança (1939-1944)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.
- REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-42)*. São Paulo: Nacional, 1985.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Amigo Americano*. Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Recebido: 22 de agosto de 2020

Aprovado: 15 de outubro de 2020